

O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL: ESTRATÉGIA E REALIDADE PARA OS PAÍSES EMERGENTES

Strengthening of South-South Relations: Strategy and
Reality for Emerging Countries

Diego Pautasso¹

Introdução

São inúmeros os autores, e de diferentes perspectivas teóricas, a reconhecer o notável reordenamento de poder pelo qual o mundo vem passando (ARRIGHI, 2008; TODD, 2003; VIZENTINI & WIESEBRON, 2006; ZAKARIA, 2008; WALLERSTEIN, 2004; FIORI, 2010). As dúvidas não recaem sobre se há reordenamento, mas sim sobre a velocidade, o nível de violência e as formas de poder resultantes da transição sistêmica em curso. Ressalte-se, dessa forma, que discutir as relações Sul-Sul é, inexoravelmente, refletir sobre a dinâmica de poder dos EUA e do conjunto de recursos de poder de que este país dispõe para exercer sua atuação internacional.

A questão abordada nesse artigo segue a premissa levantada por Arrighi (2008) de que o início do século XXI expôs as vulnerabilidades econômicas e militares dos EUA, encerrando sua *belle époque* da década anterior e projetando o poder da Ásia Oriental, especialmente da China. O argumento central por nós proposto é que, mais do que a Ásia Oriental e a China, as novas configurações de poder terão no seu núcleo também outros grandes países emergentes da periferia, incluindo Brasil, Índia e África do Sul. E mais: o fortalecimento das relações Sul-Sul tem sido justamente o que, de um

¹ É doutor e mestre em Ciência Política e graduado em Geografia pela UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da ESPM e pesquisador integrante do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS). dpautasso@espm.br

lado, projeta os países emergentes e, de outro, dilui o poder dos países centrais, tornando o sistema internacional mais complexo e acelerando a transição de poder.

Nesse sentido, o trabalho foi organizado em duas partes: na primeira, discorremos sobre os fatores estruturais do reordenamento do poder, destacando tanto as contradições do poder norte-americano quanto a emergência de novos poderes; e na segunda, sustentamos o argumento central deste trabalho, de que os países emergentes e as relações Sul-Sul são um dos resultados e uma das causas da transição de poder. Para tanto, os países emergentes têm transformado esta nova realidade da interação Sul-Sul numa estratégia para consolidar suas posições na atual ordem mundial.

1. O reordenamento internacional e os países emergentes

A década de 1970 representou um ponto de viragem para as relações internacionais contemporâneas. Este ponto sinalizou o início de um complexo reordenamento de poder com as características que são padrão nos períodos de transição sistêmica. Aquilo que Arrighi & Silver (2001, p. 45) chamam de “aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema” significa a tendência à intensificação da competição entre suas unidades, evidenciando os processos de perda de vantagens competitivas da nação hegemônica, de intensificação das rivalidades interestatais e de surgimento de novas configurações de poder. Na atualidade, tais processos têm sua expressão máxima na estratégia expansionista dos EUA, na multiplicação de Estados soberanos e no crescimento vertiginoso de novos polos de poder (FIORI, 2010, p. 5), com destaque para China, Brasil e Índia. Estes elementos conceituais permitem estabelecer analogias e extrair das conjunturas históricas os indícios para compreender as atuais transformações sistêmicas.

A base desse reordenamento do sistema internacional encontra-se na crise dos anos 1970. No plano econômico, o fim do padrão dólar-ouro e as crises petrolíferas impulsionaram uma ampla reestruturação do sistema capitalista, em todas as suas dimensões (HARVEY, 1992).² No plano político, as revoluções na periferia

² Para Harvey (2002) a reestruturação do sistema capitalista significa a superação da acumulação fordista pela flexível. Trata-se de um processo que inclui uma revolução tecnológica, uma nova divisão do

desencadearam a reação neoconservadora dos EUA com a estratégia militar e diplomática da Nova Guerra Fria de Reagan, seguida da ofensiva da nova direita e sua agenda neoliberal. O resultando foi a desintegração da URSS, o final da Guerra Fria e a crise do socialismo (VIZENTINI, 2003, vol. II, cap. 7).

Com efeito, o fim da bipolaridade acelerou o reordenamento mundial, expondo as incertezas ligadas ao errático projeto expansionista dos EUA e ao caráter ainda embrionário do novo ordenamento de forças no mundo (HOBSBAWN, 1995, p. 251). Este contexto proporcionou, sobretudo à elite norte-americana, a falsa percepção de que seria viável a consolidação de um sistema internacional unipolar. Para tanto, os EUA projetaram um ciclo de expansão de seu poder em âmbito mundial, de um lado, com a intensificação de intervenções militares e diplomáticas, em especial nas áreas estratégicas do Oriente Médio e do entorno da Rússia. De outro, com a imposição de seus interesses econômicos a partir das políticas definidas pelo Consenso de Washington e viabilizadas pelas instituições multilaterais (FMI, BIRD e OMC) e pelo poder do dólar.

Na década posterior à reação neoconservadora dos anos 1980, os EUA experimentaram sua *belle époque*. O discurso da “globalização neoliberal”, que legitimou parte da expansão norte-americana ao difundir a crença em mercados supranacionais desregulados e no predomínio de instituições internacionais, sucumbiu rapidamente diante de suas próprias contradições. Em outras palavras, as crises financeiras (1997-98-99), o precário desempenho das reformas e o incremento da problemática social desestabilizaram os governos, forçando a construção de novos arranjos políticos.³ O Projeto para o Novo Século Norte-Americano, a vitória do governo Bush filho e os atentados de 11 de setembro de 2001 têm acelerado o

trabalho e uma produção toyotista, com impactos sobre a ascensão de formas culturais pós-modernas e um novo ciclo de “compressão do tempo-espço” na organização do capitalismo.

³ É elucidativo o desempenho na América Latina de governos que adotaram a agenda do Consenso de Washington, tais como Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Salinas de Gortari no México, Sánchez Losada na Bolívia, Carlos Perez na Venezuela, etc. Não só se aprofundou a vulnerabilidade econômica (endividamento, déficits comerciais, baixo crescimento econômico, etc.), como o efeito das políticas recessivas agudizou crises sociais e políticas. Ao contrário, nos países desenvolvidos, a reação neoconservadora não implicou na redução do protecionismo nem do suporte estatal, até porque coincidiu com a intensificação da competição entre estes países.

surgimento de novas configurações de poder, enquanto os EUA oscilam entre demonstrações, a um só tempo, de força e de fraqueza.

O fato é que a história retomou seu curso e o século XXI assiste ao retorno da guerra e do cálculo geopolítico ao coração do sistema internacional. O que ocorre atualmente é que a alteração no balanço de poder tem redimensionado as rivalidades entre os Estados na disputa pela imposição de seu poder financeiro (moeda, crédito, etc.), produtivo (comércio, domínio tecnológico, etc.), político-militar (instituições, capacidade destrutiva, etc.) e cultural (informação, ideais, etc.). Em outras palavras: o sistema internacional contemporâneo reproduz o seu padrão histórico, isto é, conforma-se como resultado da expansão dos Estados nacionais vitoriosos por meio do intenso uso dos recursos de poder, incluindo a força⁴ (FIORI, 2010, p. 7-13; ARRIGHI, 2008, p. 175).

São justamente estas rivalidades que produzem desdobramentos sobre o reordenamento de poder em curso. Primeiro, as estruturas hegemônicas de poder⁵ (e o Estado que está em seu núcleo, os EUA) perdem parte da legitimidade e da eficácia face às transformações globais. No campo militar, os EUA se deparam com um poder militar superdimensionado para a defesa nacional, mas que é insuficiente para impor seus interesses através do recurso à força em todas as regiões. No campo ideológico-cultural, o universalismo norte-americano está em declínio, perceptível pela desigualdade doméstica crescente, pelo retorno da obsessão racial e pela violência em expansão. No campo econômico, a perda de competitividade, a financeirização (crescimento da economia financeira em face da economia real), a vulnerabilidade energética e o endividamento aumentam a dependência de recursos externos (TODD, 2003, p. 98; 144;

⁴ Como bem destaca Fiori (2010, p. 14), a complementaridade econômica nunca impediu a preparação para a guerra e o próprio efetivo uso da força, pelo contrário, esta sempre foi uma peça essencial da competição.

⁵ Segundo Guimarães, este conceito é mais apropriado para abarcar os complexos mecanismos de dominação, pois não se restringe a um país. As estruturas hegemônicas referem-se a diversos “vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas no âmago destas estruturas, estão sempre Estados nacionais (2000, p. 28)”.

161).⁶ No campo diplomático, a pretensão de acumular poder diante dessas dificuldades faz com que violem as próprias instituições por eles criadas para ordenar o sistema (FIORI, 2010, p. 7).

É ilustrativo que as intervenções em Estados frágeis no Grande Oriente Médio, especialmente Afeganistão, Iraque e Líbia, tenham a combinação de violação das instituições multilaterais, baixo grau de respaldo da comunidade internacional, insucesso militar, endividamento norte-americano e perda de controle da situação política. Como exemplo, cabe destacar o fortalecimento da região e dos grupos xiitas, a incapacidade de lidar com as mudanças irradiadas pela Primavera Árabe, o desconforto russo-europeu-chinês pela ingerência norte-americana (e da OTAN) em suas imediações estratégicas no Leste Europeu, Cáucaso e Ásia Central e a própria crise financeira euro-americana (2008-11). É nesse sentido que as demonstrações de força da política norte-americana evidenciam suas fraquezas em múltiplas dimensões: fragilizam os princípios do direito internacional através de rede de prisões e outras práticas arbitrárias (GÓMEZ, 2008); imobilizam as práticas multilaterais ao desrespeitar normas da própria ONU; impulsionam sistemas de alianças alternativos e novos líderes, como é o caso da OCS e da China; e desgastam a imagem internacional dos EUA com práticas domésticas autoritárias, das restrições aos direitos civis à concessão de poderes absolutos ao presidente.

Segundo, o expansionismo do poder dos EUA fez com que os países periféricos buscassem construir e/ou reforçar suas capacidades estatais. Por um lado, ocorreu a retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento como resposta às crises sociais e políticas que emergiram no contexto das reformas neoliberais. Estas reformas tiveram o efeito de rapidamente rearticular os movimentos sociais, trazendo de volta à cena política forças de centro-esquerda que se voltam para a recuperação do papel do Estado como promotor do desenvolvimento com inclusão social, como atestam as

⁶ Na Europa o cenário não é muito diferente: profunda crise financeira, recrudescimento da xenofobia, perda de dinamismo econômico, estagnação demográfica e esgaçamento do tecido político. No Japão, as dificuldades para superar o precário desempenho econômico de mais de duas décadas se ampliaram com o Tsunami de 2011. Resta saber como tais processos contribuem para o desenrolar destas transformações globais.

experiências de governos na América Latina e África.⁷ Por outro, as ameaças à soberania impulsionaram novos mecanismos de integração e consulta multilaterais no âmbito Sul-Sul, bem como a recuperação do poder militar defensivo. Isto deve-se ao alargamento da agenda de segurança internacional, que ampliou o arbítrio das grandes potências ocidentais a partir de estratégias de intervenção assentadas em conceitos como “intervenção humanitária”, “ataque preventivo”, “soberania limitada” e “direito de proteger”. Ou seja, de forma aberta ou evocando princípios do direito internacional, o fato é que a violação da soberania e o uso da força assumiram novas proporções. E, conforme Losurdo (2006, p. 152), estes conceitos encerram, nas ações externas dos EUA, a unidade indissolúvel entre interesses materiais e interesses geopolíticos com concepções missionárias.

Terceiro, os países emergentes são justamente a síntese das transformações internacionais, pois representam a alteração no balanço de poder. Embora seja um conceito polissêmico⁸, o conceito de emergente geralmente inclui um dos três fatores: capacidades materiais, uma medida de autopercepção e o reconhecimento de outros Estados, em especial das grandes potências (LIMA, 2005, p. 24). São países que têm experimentado um aumento de seus recursos de poder (comercial, financeiro, diplomático, militar), ocasionando capacidade e legitimidade de contribuir para a gestão do sistema internacional (HURRELL, 2009). Nesse sentido, consideramos que a definição não pode se restringir a levantamentos estatísticos, embora capacidade material seja primordial; e não pode se limitar a “país em desenvolvimento”, pois, mais do que renda per capita, envolve recursos de poder e inserção regional-global.⁹

2. As relações Sul-Sul como estratégia e realidade

A dinâmica multipolarização e alteração no balanço de forças no mundo foi desencadeado a partir dos anos 1970, com a reestruturação do capitalismo, a

⁷ Inclusive porque os países que tiveram mais êxito durante as décadas de 1980-90 foram países que já haviam rejeitado as políticas liberalizantes, como China, Índia, velhos e novos Tigres e países nórdicos.

⁸ Como destaca Sennes (2003, p. 17), as terminologias são variadas: países de porte médio, potências regionais, economias emergentes, países semi-periféricos, países recém-industrializado, países intermediários, países em desenvolvimento, etc.

⁹ Para uma discussão sobre potências médias, ver Sennes (2003, cap. 1).

consolidação da descolonização afroasiática, a afirmação de novos países industrializados e a lenta perda de dinamismo dos países centrais. Durante os anos 1990, com a expansão dos EUA, forjou-se a impressão de que tal dinâmica havia entrado em hibernação. Contudo, torna-se cada vez mais evidente que o século XXI voltou a consolidar o reordenamento mundial, com o cenário de incertezas e rivalidades que caracteriza o surgimento de novas configurações de poder.

Conforme sugerido no início do artigo, o crescente peso dos chamados países emergentes e o fortalecimento da interação no eixo Sul-Sul são os elementos novos do reordenamento mundial. Por um lado, os países emergentes desenvolvem estratégias voltadas à reafirmação do *status quo*, à preservação da estabilidade internacional e ao fortalecimento das instituições multilaterais. Por outro, os países emergentes também atuam buscando alterar o balanço de poder em seu favor e construir alternativas à concentração de poder no mundo, explorando as vulnerabilidades das estruturas hegemônicas de poder.

As relações Sul-Sul se configuram como um *estratégia* dos países emergentes tanto para estabilizar quanto para reformar o sistema internacional. Esta estratégia de fortalecimento do eixo Sul-Sul não se limita apenas a uma mudança de orientação diplomática de China, Índia, Brasil e África do Sul. Para além disso, é parte de uma *realidade* que reflete um aumento lento e gradual do peso demográfico, político e econômico dos países periféricos em âmbito mundial. E, mais do que buscar novas oportunidades econômicas, trata, sim, de lançar as bases para um mundo que experimenta notável reequilíbrio, tornando-se mais complexo e multipolar.

Na esfera populacional mundial, é evidente uma rápida, embora desigual, transição demográfica nos países periféricos, com redução das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida, acompanhada de uma urbanização e difusão da alfabetização. Como chama a atenção Todd (2003), a transição demográfica tem efeitos profundos sobre as sociedades, pois reflete tanto a mudança das condições materiais quando novas formas de perceber o (e interagir com o) mundo. As desestabilizações sociais e reorganizações políticas e econômicas tendem a criar novas acomodações na periferia do sistema internacional.

Em termos absolutos, há um aumento expressivo do peso populacional dos países periféricos, enquanto os países centrais¹⁰ apresentam uma trajetória de queda acentuada em suas populações. Esta trajetória de queda fez a participação dos países centrais na população mundial despencar de 25% no Pós-Guerra para os atuais 15% (2010), sendo que as estimativas apontam para menos de 10% em 2050. Os dados seriam mais adversos se fossem considerados a crescente participação de populações imigrantes nestes países e seu crescimento vegetativo. Só para ilustrar, já em 2016 a população dos países em desenvolvimento será 6 vezes maior, com cerca de 6,247 bilhões de habitantes contra 1,053 bilhões.¹¹ Esse desequilíbrio já está a se refletir no sistema internacional, uma vez que não se trata apenas de elemento quantitativo, mas da conexão existente entre mudanças demográficas com a criação de mercados, as transições políticas e, conseqüentemente, a alteração do balanço de poder mundial.

Na esfera econômica, é interessante observar a progressiva distribuição das capacidades, pois os países periféricos têm assumido participação inédita na produção mundial, nas reservas financeiras e no comércio, reflexo da reorganização da divisão internacional do trabalho. Com relação à produção de riquezas, os países periféricos aumentaram sua participação de 30,7% para 48,6% do PIB mundial em PPP (poder de paridade de compra) em pouco mais de duas décadas (1990-2011).¹² Isso reflete o fato de que os países emergentes têm liderado o crescimento da economia mundial e afetado profundamente a dinâmica do comércio internacional e dos investimentos, apesar da diferença de modelos de desenvolvimento e de desempenho¹³, cujo destaque evidente tem sido a China.¹⁴

¹⁰ O que chamamos de países centrais são designados como Economias Avançadas pelo FMI e se referem aos seguintes países: Chipre, República Checa, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Grécia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, Austrália, Áustria, Bélgica, Malta, Holanda, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Cingapura, Eslováquia, Eslovenia, Suécia, Taiwan, EUA, Canadá, Suíça e Hong Kong.

¹¹ Dados do *Data Mapper* do FMI. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em 27/07/2011.

¹² Dados do *Data Mapper* do FMI, disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em 27/07/2011.

¹³ Ver Comunicado do IPEA nº 86 intitulado *Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS*. Abril de 2011.

¹⁴ Ver Comunicado do IPEA nº 97 intitulado *As transformações estruturais do comércio exterior chinês*. Junho de 2011.

Não chama a atenção apenas o desempenho comercial, mas o aumento da interação no âmbito Sul-Sul. Analisando os países emergentes, em especial China, Índia, Brasil e África do Sul¹⁵, fica evidente a crescente interdependência comercial destes países com os demais países periféricos. Em apenas duas décadas (1990-2010), a fatia do comércio da China com os países periféricos saltou de 15% para 32%; o da Índia, de 25% para 57%; o do Brasil, de 28% para 51%; e o da África do Sul, de 12% para 45%. Isso não evidencia apenas o aumento do comércio dos países emergentes, mas a construção de novas direções para os fluxos comerciais no âmbito Sul-Sul. Parte dessas mudanças devem-se, de um lado, ao fato de os países centrais terem ampliado o protecionismo e o comércio intrabloco (União Europeia), bem como apresentando desempenho econômico-comercial pouco dinâmico ou pontilhado de crises; de outro, em razão de os países periféricos revelarem dinamismo comercial superior, favorecidos pela valorização das commodities, assim como pelo aprofundamento dos processos de integração regionais que se desenvolveram na África, na América Latina e na Ásia.

Figura 1 - Comércio dos Emergentes em 1990

(bilhões de dólares)

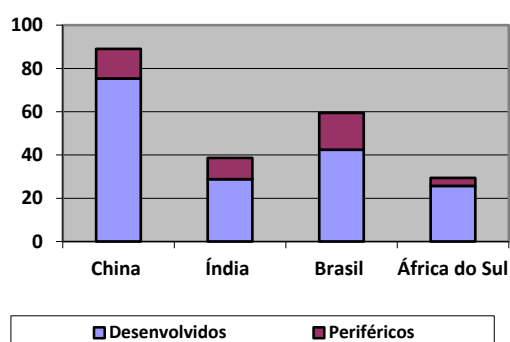
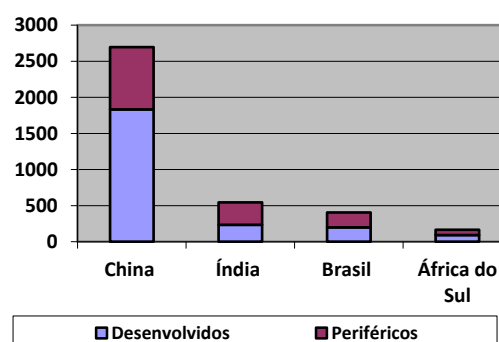


Figura 2 - Comércio dos Emergentes em 2010

(bilhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor. Euromonitor, 2011.

¹⁵ A Rússia não foi incluída porque embora seja um país de poder intermediário (devido ao colapso da URSS), seu poder não está emergindo, como destacou *Macfarlane (2009)*.

No mesmo sentido, tem sido crescente a capacidade financeira desses países, embora os países centrais ainda dominem o sistema de Bretton Woods e outros instrumentos financeiros. Para ilustrar, apenas Japão e Alemanha figuram nas dez maiores reservas atuais, enquanto o restante é composto de China (Taiwan e Hong Kong), Rússia, Coreia do Sul, Índia, Brasil e Cingapura.¹⁶ Esta capacidade se traduz no aumento do investimento estrangeiro e na atuação relevante das corporações dos países emergentes no mercado mundial, embora a agressividade maior também seja chinesa.¹⁷

No entanto, desde a crise de 2008, tem ficado evidente uma inversão de tendências: enquanto os países centrais adentraram em substantivas crises, os países emergentes demonstraram capacidade de resistência. O dinamismo do mercado interno, as políticas governamentais de estímulos e a melhor situação macroeconômica (situação fiscal, contas externas, endividamento de empresas e famílias) permitiu que os países emergentes enfrentassem, de uma forma geral, a crise e se recuperassem mais rapidamente.¹⁸ A partir de 2010, os sinais de instabilidade têm novamente seu *locus* principal nos países centrais, como evidenciam a insolvência dos PIIGS¹⁹, a estagnação japonesa e o endividamento dos EUA.²⁰ Como chamam a atenção Arrighi & Silver (2001, p. 42), a expansão financeira tem um impacto contraditório na transição sistêmica: tanto infla o poder, como parece ter sido o caso dos EUA nos anos 1990, quanto aprofunda o conflito e transfere o dinamismo para estruturas emergentes, como parece ser a crise euro-americana atual em contraposição à ascensão do Leste Asiático.

Na esfera político-diplomática, a atuação dos países emergentes possui inúmeros objetivos diante dos organismos e instituições internacionais. Primeiro, buscando a ampliação de seu protagonismo, caso do pleito brasileiro-indiano pela condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Segundo,

¹⁶ Dados do *Data Template on International Reserves and Foreign Currency Liquidity* do FMI. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sta/ir/IRProcessWeb/colist.aspx>. Acesso em 27/07/2011.

¹⁷ Ver Comunicado do IPEA nº 84 intitulado *Internacionalização das empresas chinesas*. Abril de 2011.

¹⁸ Ver *Desdobramentos da crise global: desempenho das economias emergentes*. Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/conjuntura/Desdobramentos_crise_paises_emergentes.pdf. Acesso em 27/07/2011.

¹⁹ Sigla que refere-se a Portugal, a Irlanda, a Itália, a Grécia e a Espanha.

²⁰ No caso dos EUA, mais do que um complexo delicado cenário econômico expresso pela elevação dos patamares de endividamento, há principalmente graves fraturas políticas.

liderando os países periféricos e fortalecendo suas reivindicações políticas, caso da articulação do G20 no âmbito da OMC. Terceiro, tentando evitar a concentração de poder pelo Ocidente e, por extensão, as violações cometidas pelas grandes potências ocidentais nas últimas décadas. Não por acaso, países como Brasil, Índia e China são signatários das principais organizações e convenções internacionais. Por fim, cabe destacar ainda a criação de iniciativas diplomáticas no âmbito Sul-Sul carreadas pelos países emergentes, notadamente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África (IBAS), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a Cúpula América do Sul-África (ASA), o Fórum Índia-África (FIA) e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

É possível compreender a atuação multilateral destes países emergentes na última década como uma assertividade que corresponde, em grau variado, ao aumento de seus instrumentos de poder. Mais do que retórica, esta atuação diplomática tem ampliado a interdependência com várias regiões do globo a partir de uma *identidade internacional complexa*. Por um lado, buscam ampliar o próprio poder de barganha com os países centrais utilizando-se da equivalência de poder alcançada em alguns campos, incluindo tecnologia de ponta em alguns setores e mesmo poderio militar. Por outro, atuam com protagonismo diante dos países periféricos buscando oportunidades, ao mesmo tempo que possuem trajetórias e problemas de países periféricos, que se estendem das desigualdades sociais até a carência de infraestrutura e serviços públicos.

É esta posição na hierarquia do sistema internacional que confere maior margem de atuação externa para os países emergentes. Estes passam a ser simultaneamente interlocutores cruciais com os países centrais e atores com suficientes instrumentos de poder para promover o relacionamento com países periféricos. Embora os países emergentes tenham trajetórias e objetivos específicos, o que implica poderes assimétricos, competições e contradições em sua interação, o fato é que desenvolvem um eixo alternativo ao histórico padrão Norte-Sul das relações internacionais. E mais importante: apesar das especificidades e da ainda baixa interdependência recíproca, há elementos estruturais semelhantes entre estes países, incluindo a condição de economias continentais dinâmicas, a ambição de alterar o balanço de poder e o interesse pela construção de coalizões com terceiros países (do Sul, sobretudo) capazes de influenciar

o reordenamento mundial.

Em outras palavras, o movimento de fortalecimento das relações Sul-Sul favorece a inserção internacional dos países emergentes, enquanto para os países centrais tal movimento representa a perda relativa de poder. É isso, associado ao aprendizado com a trajetória de outras potências emergentes (Alemanha, Japão) e à necessidade de deslocar os poderes já consolidados (EUA, UE e Japão), que pode auxiliar na compreensão dos diferentes padrões de interação internacional dos países emergentes com as regiões periféricas. Daí a importância, como já destacamos (PAUTASSO, 2009; 2010), de analisar as relações entre China, Índia e Brasil com os países africanos como parte da densificação do eixo Sul-Sul (com especial importância para a interação sino-africana e seu Fórum de Cooperação China-África) e esta como parte central do reordenamento de poder.

Por fim, a se confirmar a premissa de Arrighi & Silver (2001, p. 43) de que os sucessivos ordenamentos mundiais têm tido maior concentração de capacidade organizacional exercida pela estrutura hegemônica, em comparação com a anterior, é crucial avaliar a importância dos países emergentes diante da transição que presenciamos. Não por coincidência são Estados com grande peso territorial e populacional; estão a desenvolver complexas estruturas políticas para lidar com os desafios do desenvolvimento; promovem soluções tecnológicas e organizacionais novas; e, mais importante, são o centro de amplos processos de integração regionais.

Considerações Finais

Não há dúvidas que os EUA desencadearam um ciclo de expansão de seu poder a partir dos anos 1980 e, sobretudo, com o fim da Guerra Fria. É exatamente a forma neoconservadora desta expansão de poder norte-americana que permite dar coerência a eventos aparentemente tão dissociados como a crise de endividamento euro-americana, a onda de xenofobia na Europa, a explosão de violência na Inglaterra e as manifestações em lugares tão distante quanto Chile e Israel. Em outras palavras, este acúmulo de tensões sinaliza o desgaste da estratégia irradiada do Atlântico Norte, bem como indícios de aceleração do reordenamento de poder no mundo.

Em suma, sugerimos que os países emergentes e o eixo Sul-Sul deverão exercer papel central nesta nova configuração de poder. Os países emergentes poderão ser os grandes beneficiados do desafio soviético aos EUA, assim como o poder norte-americano foi o beneficiado do desafio alemão-japonês ao poder britânico. Mais especificamente, os países emergentes têm percebido que é possível e necessário transformar a realidade da interação no âmbito Sul-Sul numa estratégia para inserção internacional e para influenciar o reordenamento mundial. De todo modo, a crise financeira euro-americana e a inserção dos países emergentes serão chaves para desvendar a forma de acomodação do sistema internacional, aí incluídas a velocidade e a violência.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. & SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- FIORI, José. Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes”. In: RECIIS. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 1, 2010, pp. 3-18.
- GÓMES, José. Soberania imperial, espaços de exceção e o campo de Guantánamo. Desterritorialização e confinamento na "guerra contra o terror". In: Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 2, 2008, pp. 267-308.
- GUIMARÃES, Samuel. Quinhentos anos de periferia. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2000.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, Andrew et alli. Os BRIC's e a ordem global. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 9-41.

LIMA, Maria. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. In: RBPI. Brasília, n° 48, 2005, pp. 24-59.

LOSURDO, Domenico. Liberalismo – entre civilização e barbarie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

PAUTASSO, Diego. A política externa chinesa e a 4ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África-2009. In: Meridiano 47 (UnB), v. 112, pp. 18-20, 2009.

_____. A África no comércio internacional do Grupo BRIC. In: Meridiano 47 (UnB). v.120, 2010, pp. 54-59.

SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

TODD, Emmanuel. Depois do Império. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIZENTINI, Paulo. Geopolítica e conflitos contemporâneos. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

_____. & WIESEBRON, Marianne (Org.). Neohegemonia americana ou multipolaridade? Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Artigo recebido dia 17 de Agosto de 2011. Aprovado em 16 de Outubro de 2011.



RESUMO

O presente artigo aborda o papel do relacionamento Sul-Sul para as relações internacionais contemporâneas. O argumento central é que o processo de intensificação da interação Sul-Sul se configura como uma realidade e uma estratégia para os países emergentes. Este processo é central para compreender o atual transição de poder no mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Sul-Sul; Países Emergentes; Transição de Poder

ABSTRACT

This article addresses the role of South-South relations to contemporary international politics. The main argument is that the intensification of South-South interaction configures both a reality and a strategy for developing countries. This process is central to understanding the current transition of power in the world.

KEYWORDS

South-South Relations; Emerging Countries; Power Transition